

Movimento de Educação de Base – MEB: histórias e trajetórias*

Elisa Motta

1. Introdução

No decorrer do primeiro semestre de 2006, iniciei como bolsista do Núcleo de Estudos e Documentação em Educação de Jovens e Adultos – NEDEJA e Educação de Jovens e Adultos na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, sob orientação do professor Osmar Fávero.

O núcleo possui em seu acervo diferentes suportes: livros, autos teatrais, materiais didáticos, folders, slides, fotografias, textos de e sobre os movimentos de cultura e educação popular e educação de jovens e adultos, de meados dos anos de 1940 até hoje. Cada documento possui uma história; alguns deles foram salvos de incêndio, restaurados, redigitados e digitalizados. Nosso trabalho atual consiste em reunir esses materiais para que seja feito um CD-ROM, a fim de que as pessoas que tiverem interesse possam conhecer o conteúdo desse acervo, importante para a história da educação brasileira e mundial.

Estudando esses documentos foi possível identificar como e com que finalidades foram elaborados, sob que perspectivas, em que conjuntura política o Brasil se encontrava e quais concepções cercavam as ações sócio-pedagógicas do período. Refletir sobre os métodos e os conteúdos empregados nesses materiais, em particular os didáticos, faz-se necessário para compreender a forma de organização, os conteúdos e as metodologias utilizadas para a educação de jovens e adultos das classes populares.

O presente artigo abordará o Conjunto Didático *Viver é Lutar*, editado pelo MEB em 1963, seu conteúdo e método, o histórico do MEB, suas concepções sobre ser humano, cultura, cultura popular, alfabetização, conscientização, educação de base e sociedade. Também analisará o livro de leituras para jovens e adultos *Saber, Viver e Lutar*, editado em 2004, para o norte e nordeste de Minas Gerais, e em 2006 para o Norte do país – Amazonas e Roraima e Nordeste – Ceará, Piauí e Maranhão. Este material foi inspirado no livro *Saber para Viver* que integra o conjunto didático *Viver é*

* Comunicação apresentada no VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, realizado em Vitória, 2007, como bolsista do Núcleo de Estudos e Documentação de Educação de Jovens e Adultos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

Lutar. A análise do material didático *Saber, Viver e Lutar* consistirá em investigar que redefinições e reformulações feitas e o que foi mantido na elaboração do atual material feito pelo MEB em parceria com os governos federal e estadual. Será feita também uma apreciação crítica dos conteúdos e métodos.

Minha intenção não é comparar os dois materiais formulados pelo MEB, pois seria reduzir e negar a dinâmica do processo histórico, que está em constante movimento.

2. A escolha do MEB

Iniciar como bolsista neste projeto, ainda na graduação do Curso de Pedagogia, é de muita importância para a minha caminhada como pesquisadora, pois foi a partir dessa experiência que compreendi a relevância deste trabalho, que se baseia na troca e no diálogo com a comunidade (em seu sentido amplo: sindicatos, cooperativas, movimentos sociais, partidos, clubes etc.), a fim de que sejam respondidas, de forma satisfatória ou não, as indagações referentes às demandas da sociedade.

Ao analisar os elementos teóricos e metodológicos dos conjuntos didáticos *Viver é Lutar* e *Saber, Viver e Lutar* surgiram algumas perguntas sobre o MEB: em sua gênese, como e porque razão foi formatada a parceria entre o MEB e o governo federal? Que concepções sobre educação e ser humano estão explícitos ou implícitos nesses materiais? Como o MEB conseguiu permanecer durante tantos anos participando de programas governamentais de alfabetização de adultos, jovens e adolescentes de classes populares? Por que razão o conjunto didático *Viver é Lutar* serviu de inspiração para a elaboração do material *Saber, Viver e Lutar*? Que diferenças existem em seus conteúdos e métodos? Que outros aspectos foram mantidos, reformulados ou extintos?

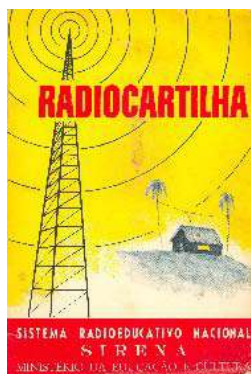
Será a partir dessas questões que o presente artigo encaminhar-se-á, tendo como objetivos compreender a importância do MEB na história da educação brasileira e mundial, colaborar para a reflexão sobre como e em que contexto social, político, econômico e cultural esses materiais foram produzidos; inspirar mudanças para que sejam apresentadas novas ações comprometidas com propostas pedagógicas que fomentem o debate sobre cultura popular e educação popular e colaborem na luta contra-hegemônica.

3. Antecedentes

Em seus programas de educação de jovens e adultos para países subdesenvolvidos, a Unesco tinha como proposta para caminhar rumo ao desenvolvimento a implementação maciça da educação de base, entendida como o mínimo de conhecimentos teórico-práticos fundamentais para as populações pobres desses países, considerados social, cultural e economicamente atrasados.

Neste contexto, cabe uma breve retrospectiva sobre os materiais didáticos utilizados para alfabetizar jovens e adultos de classes populares em meados dos anos quarenta até a década de sessenta.

As cartilhas de alfabetização e os textos de leitura, até o final dos anos 1950, eram preparados pelo Serviço de Educação de Adultos do MEC, para serem utilizadas na



Radiocartilha, Sistema Radioeducativo Nacional (SIRENA) – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – MEC, 1960

Campanha Educação de Adolescentes e Adultos (*Ler, Saber, Cadernos de Aritmética*, entre outros). Apesar de se mostrarem relativamente eficientes para alfabetizar adultos, o conteúdo pouco se diferenciava das cartilhas destinadas à alfabetização de crianças. Esses textos foram utilizados inclusive pelo MEB, no início dos anos de 1960. Nesse mesmo período, a *Radiocartilha*, elaborada e distribuída pelo Sistema Rádio Educativo Nacional – SIRENA, somou-se aos materiais existentes e foi utilizado pelas escolas radiofônicas e também por alguns sistemas radioeducativos do MEB até o final de 1962.

Os materiais didáticos elaborados pelo MEC atendiam apenas parcialmente aos anseios das classes populares, por não corresponder à realidade da população atingida. Por causa disso, os movimentos de cultura popular e educação popular do início dos anos de 1960 elaboraram materiais com conteúdos que partiam da experiência vivida pelas classes populares. O Movimento de Cultura Popular – MCP, em Recife, tornou-se pioneiro ao elaborar o *Livro de Leituras*

para Adultos em 1962, reunindo em um mesmo material conteúdo político e social que davam força às palavras e às idéias

(1ª lição – *O Voto é do Povo*). O método empregado tinha a finalidade de despertar a



Cartilha LER – MEC – Campanha de Educação de Adultos, 1947

consciência dos problemas e das necessidades do homem do Nordeste, tornar-se sujeito ativo e participativo de sua comunidade com vistas a transformá-la. Foi ainda no MCP que Paulo Freire deu seus primeiros passos na elaboração de seu sistema de alfabetização.

Ainda em 1962 foi elaborada a cartilha *Uma família operária, manual para a alfabetização de adultos e adolescentes*, do Centro Popular de Cultura – CPC de Belo Horizonte, movimento vinculado à UNE. A Campanha de Educação Popular da Paraíba – CEPLAR elaborou um livro de leitura e exercício para recém-alfabetizados pelo sistema Paulo Freire: *Força e Trabalho*. Da mesma forma, em 1963, a Secretaria de Educação, Cultura e Saúde da Prefeitura de Natal fez uma adaptação desse livro de leituras do MCP para a Campanha *De pé no chão também se aprende a ler*, e também CPC de Goiás criou outra cartilha com base no mesmo livro.

Essas cartilhas e livros destinavam-se a adultos residentes na zona urbana moradores de favelas e periferias; apenas o MEB preparou material específico para o meio rural. Eram materiais de alfabetização e leitura, com método e conteúdo sóciopolítico inovadores que partiam da realidade concreta de seus alunos de forma que a educação estabelecesse íntima ligação com as experiências de vida dos alfabetizando, fator importante para iniciar o processo de conscientização e emancipação do homem, tornando-o sujeito de sua ação. Representaram um salto de qualidade em relação ao que existia anteriormente e não foram superados até hoje.

4. História e trajetória do MEB

Apresentadas brevemente as principais cartilhas e livros de leitura produzidos nos anos 1950-1960, passarei a um breve histórico, concepções e material elaborado pelo MEB. O Movimento de Educação de Base foi criado pela Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, em março de 1961, na gestão presidente Jânio Quadros, com o objetivo de desenvolver um programa de educação de base através de escolas radiofônicas, junto às populações das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, especialmente voltado para o meio rural do Nordeste.

A prioridade dada a esta região está destacada no Estatuto do MEB e em declarações da CNBB e foi motivada pelas encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963). A preocupação da Igreja com o meio rural brasileiro ocorre devido ao processo de industrialização colocado em curso pelo governo do Brasil, no

período nacional-desenvolvimentista, que deixou de lado as populações rurais, que cada vez mais sofriam com as desigualdades sociais provocadas pela política econômica.

A estrutura do MEB, no período de 1961-1966, era composta por: a) um Conselho Diretor Nacional, composta por nove bispos e um representante do MEC; b) um Secretariado Nacional, com sede no Rio de Janeiro, c) Coordenações Estaduais, atuantes em cada estado e coordenações locais responsáveis pelas unidades radioeducativas, vinculadas às dioceses locais. A base desta estrutura era uma composição do sistema radioeducativo e do sistema de educação de base, ou representada por um desses dois sistemas.

A Igreja católica, ao elaborar este projeto, rompeu com o papel tradicional que desempenhava em favor das classes dominantes e da manutenção do *status quo*, e passou a fazer críticas às estruturas sociais baseadas na relação de poder. Esta postura resultou num passo importante na história brasileira, pois a Igreja aliou-se à luta das massas por um movimento que levasse a um processo de transformação social. Isto porque prevalecia a ideologia do grupo episcopal, clerical e leigo progressista, concretizando idéias nascidas na Ação Católica.

Além desse rompimento com o tradicionalismo da Igreja, porém, existiam outros interesses como a oposição à expansão do comunismo no campo e a utilização dos programas de educação de base para a evangelização, o que posteriormente veio a ocorrer fora do horário destinado às aulas.

O Estado brasileiro, ao aceitar a proposta da CNBB, deixou clara a real intenção de ampliar o eleitorado para fortalecer o novo governo e restringir o poder político das oligarquias rurais, característica do populismo brasileiro. Além de atender aos apelos da Unesco, em suas expectativas com relação à educação de base e à erradicação do analfabetismo, o apoio ao MEB era justificativa para controlar ideologicamente as organizações de massa rurais.

No início dos anos de 1960, no Brasil, devido ao clima político da época, ocorria de forma ativa a organização de diversos movimentos sociais, dando vazão aos descontentamentos do povo que começa a se organizar para reivindicar seus direitos, como consequência disso, houve ardorosas discussões e muitas publicações sobre consciência nacional, cultura e ideologia. Uma geração de intelectuais e estudantes passou a estudar essas temáticas, a fim de propor um projeto que adotasse uma posição independente para o desenvolvimento nacional.

O MEB tem sua melhor fase durante o período 1961 a 1966, e o marco que melhor a define é o 1º Encontro Nacional de Coordenadores realizado em Olinda, em 1962, que motivou a reformulação de seus objetivos e a reorientação de sua prática.

É também neste período que ocorre, por parte dos universitários cristãos, a descoberta do socialismo, que passa a orientar os ideais por uma sociedade mais justa e igualitária. Esses ideais fundamentam-se na consciência histórica: a consciência do homem transcende o mundo e define-o como objeto que abrange a compreensão da realidade e, por conseguinte, motiva a ação. A consciência histórica é pois, simultaneamente, reflexão das necessidades num determinado tempo/ espaço e ações que permitam transformar a realidade, atendendo às exigências do julgamento daquilo que existe efetivamente. Nesta perspectiva, compreender o mundo é um ato que deve sempre partir da comunicação, do diálogo, das relações entre os seres humanos e de suas consciências.

A consciência histórica é a base da redefinição da ação pedagógica do MEB; a educação é entendida como uma mediação, que permite aos sujeitos assimilarem os conhecimentos historicamente construídos, e a partir daí fazerem uma opção político-ideológica comprometidas com a consciência das classes populares.

4.1. Concepções norteadoras do MEB

O Movimento de Educação de Base através de seu estatuto, relatórios anuais, artigos e outras publicações feitas durante a década de 1960, alerta para importância de se ter consciência das desigualdades sociais e do desnível cultural na sociedade. Isso implica na consciência de desajustes sociais, econômicos e políticos e por isso a cultura popular surge como problema ideológico, resistindo e lutando para superar esses desníveis, através da transformação dos padrões culturais, sociais e políticos que mantêm a ideologia dominante. A cultura popular está relacionada ao povo, às camadas marginalizadas de todas as esferas sociais.

A cultura popular não é analisada apenas em sua forma estética, artística; é entendida como um fenômeno sociológico que se contrapõe à cultura dominante.

O fenômeno cultura popular, no Brasil, não surge somente como uma atitude nem somente como consequência de uma análise. Surge como um movimento, isto é, como uma ação efetiva com objetivos determinados, que se cristaliza naturalmente em organizações – que pretendem uma cultura popular, que fazem cultura popular – as

chamadas organizações de cultura popular. Tais organizações são assim chamadas, não por que sejam os “sujeitos de uma cultura autêntica do povo”, nem por que ‘levam o folclore ao povo’, mas por que pretendem agir no sentido da superação, pela sociedade, dos desníveis entre os diversos grupos sociais que a compõem. (Fávero, 1983)

O conceito utilizado de cultura é antropológico, ou seja, cultura é um fenômeno intrínseco na relação espaço/ tempo que estabelece diversas formas de comportamentos (aprendidos) baseados nas ações humanas os quais acrescentam à natureza os seus produtos: linguagem, modos de agir e pensar, instrumentos que serão distintos em cada organização social.

Nesse sentido, a prática educativa deve promover, a partir da alfabetização, a integração social do homem na cultura (educação) e a compreensão da realidade (conscientização). Educar e conscientizar são partes integrantes da ação pedagógica, ou seja, consciência é uma força permanente de reflexão sobre a realidade que se apresenta pelo saber que foi conquistado e que está constantemente sendo adquirido e educação será, nesse contexto, necessariamente diálogo. A organização didática de uma ação educativa deve então conscientizar, motivar atitudes e proporcionar meios de ação.

Educar, conscientizar e politizar (no sentido de organizar para a ação) são as palavras que guiaram as práticas educativas do MEB no período de 1961 a 1966. Nesse contexto, a religião é uma forma de obter respostas sobre a existência, além de ser uma maneira de propor novas perspectivas de mudança, que caminha conjuntamente com os anseios do povo. Surge então, como mecanismo de transformação social promovida pelas organizações populares. Nas palavras de Wanderley (1984, p.66):

A resposta a condição de explorado pode ser a saída individual, que é alienante, mas pode ser a vitalização da potencialidade revolucionária coletiva que existe nas duas dimensões. Esta potencialidade requer um desenvolvimento, que a conscientize, organize e lhe dê identidade. Isto é realizado pelas organizações populares e pelas comunidades cristãs populares (comunidades eclesiais de base). No caso das organizações populares, o movimento aponta a obtenção de um poder popular; no caso das comunidades cristãs populares, o movimento aponta para a criação de uma Igreja popular.

A educação de base ganha uma nova roupagem, diferente da preconizada pela Unesco. É concebida a partir da participação popular, base que dá sustentação às organizações populares e ao movimento político. Se a educação era destinada ao povo e

era assumida como um compromisso político de conscientização dessa população, nada mais natural que as classes populares participassem ativamente e autonomamente do saber historicamente acumulado, para então se tornar capaz de transformar a realidade, representada pela miséria, opressão, exploração e injustiça.

O ser humano que se pretende formar é ao mesmo tempo sujeito e objeto da transformação social, pois é capaz de agir coletivamente, participando efetivamente em sua comunidade e fora dela, e por meio de suas ações individuais e coletivas poderá traçar metas a serem atingidas, tendo como base o estudo e reflexão crítica de suas práticas.

As concepções apresentadas são fundamentais para entender o método pedagógico utilizado pelo MEB no período de 1963 e 1964 (antes do golpe militar), pois a elaboração e aplicação dessa metodologia são baseadas nessas idéias que se contrapõem à ótica imperialista de dominação estrangeira, sobretudo norte-americana na época.

4.2. Conjunto didático *Viver é Lutar*

O conjunto didático *Viver é lutar* é composto pelo 1º e 2º livros de leituras para adultos, respectivamente: *Saber para Viver* e *Viver é Lutar*, complementados por manuais de aplicação elaborados para os professores: *Fundamentação* – aprofundamento filosófico do tema proposto em cada lição; *Justificação* – apresentação de dados estatísticos e fatos relativos à realidade, apresentando, numa perspectiva sócio-econômica, as situações abordadas nas lições; e *Mensagem* – justificação religiosa com base na mensagem cristã, e apresentando também conteúdo de catequese, a ser transmitido em horário distinto das aulas radiofônicas. As lições do livro *Viver é Lutar* eram compostas, além das fotografias, por uma seqüência de noções e de exercícios gramaticais, que ensinavam a escrita correta, desde a grafia de maiúsculas/ minúsculas e pontuação até a redação de cartas, telegramas e bilhetes.



Capa da Cartilha *Viver é lutar*,
2º Livro de Leitura – MEB,
1963

O método didático utilizado no livro *Viver é Lutar* desdobrava-se em três ciclos: ver (análise da realidade vivida), julgar (reflexão sobre o vivido) e agir (instrumentos de ação para alterar a realidade).

Ao analisar este material identifiquei que o conteúdo religioso não se restringia somente à *Mensagem*; nos textos das lições há referências a Deus: lição 3, *O trabalho de todos ajuda o trabalho de Deus*, lição 7, *O homem precisa de Deus/ Deus é justiça e amor*. Também constam da *Fundamentação* explicações e concepções do ponto de vista teológico.

Esse livro de leituras foi apreendido no antigo estado da Guanabara por ordem do então governador Carlos Lacerda, sob a alegação de ser material subversivo e foi aberto um inquérito no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em fevereiro/ março de 1964, ainda antes do golpe militar. Este episódio foi noticiado em vários jornais, revistas e em um programa da TV Globo. Devido a esta repercussão o material foi reproduzido imediatamente em revistas brasileiras e francesa e, posteriormente, na Itália e na Alemanha.

Após o golpe militar de 1964, apesar das dificuldades políticas e do arrocho financeiro, o MEB conseguiu manter suas atividades, reduzindo o impacto da programação radiofônica e reorientando sua ação para o contato direto com as bases, em um processo denominado animação popular. Em 1966 os sistemas mais importantes (Pernambuco, Minas Gerais e Goiás) encerraram as suas atividades; os que permaneceram, sobretudo os sistemas recém-criados na Amazônia, continuaram desenvolvendo a alfabetização de adultos. Até 1972 houve tentativas de manter a mesma linha de ação, mas acabou sucumbindo à divisão por dioceses, sem uma coordenação nacional sólida. Posteriormente, trabalhou junto ao MOBREAL e à *Alfabetização Solidária*, perdendo completamente suas características iniciais. Após séria crise, a partir de 1992 iniciou um processo de reestruturação, procurando firmar-se novamente como um movimento educativo próximas às populações mais necessitadas.

Em seus 45 anos, o MEB sempre atuou em parcerias com os governos federal, estadual e municipal e hoje em dia atua no *Brasil Alfabetizado*, no qual se insere o programa *Saber, Viver e Lutar*.

5. *Saber, Viver e Lutar*

O material didático *Saber, Viver e Lutar* foi elaborado a partir de uma concepção crítica de alfabetização, visando possibilitar ao educando analisar, comparar, concluir, aprendendo a ser crítico, criativo e capaz de raciocinar a partir

da realidade local e mundial. É composto por 26 lições divididas em: a) *textos de leitura*: formam uma história, b) *cartaz gerador*: uma fotografia que acompanha cada lição (adaptadas a cada região do país que se destina o material), c) *componentes lingüísticos*: são introduzidos a cada lição, d) *sugestões para debate*: perguntas para que se estabeleça uma relação de diálogo e questionamento sobre os temas geradores, e) *fundamentação*: análise filosófica do tema gerador; f) *justificação*: apresentação de dados, leis, notícias, entre outros que auxiliam os alfabetizadores na discussão do tema gerador; g) *sugestões de atividades de letramento e matemática*: pelo menos uma atividade sugerida a cada lição.

A abordagem metodológica dos conteúdos do letramento (produção e interpretação oral e escrita e leitura) e da matemática (números, geometria, medidas e estatística), tem como objetivos: valorizar a língua na sua forma falada e escrita como manancial de informação, tornando-a reflexiva e utilizada como instrumento de aprendizagem e comunicação; compreender e decodificar os textos escritos e orais; a matemática deve ter um caráter interdisciplinar e transdisciplinar, servindo de instrumento para resolver os problemas correspondentes à situação sócio-histórico-cultural do aluno, fazendo-se necessário para isso desenvolver e utilizar o pensamento lógico-matemático para identificar e analisar informações múltiplas.

O conjunto didático *Saber, Viver e Lutar* foi formulado inicialmente para o estado de Minas Gerais, em 2004, e posteriormente para os estados do Amazonas e Roraima, Ceará, Piauí e Maranhão, em 2006. No caso de Minas, foi implementado junto ao programa *Cidadão Nota Dez*, articulado ao governo federal. Nos outros estados, compõe-se com o programa *Brasil Alfabetizado*, que está vinculado ao programa *Fome Zero*. O eixo pedagógico é coordenado pela atual equipe do MEB, responsável pela formação e capacitação dos educadores.

No *Caderno do Alfabetizador*, são apresentados os programas citados, dizendo que eles trabalham com a premissa de que “pobreza não é insuficiência de renda, mas insuficiência de desenvolvimento”. Será que o processo de desenvolvimento esperado é o mesmo que a Unesco recomendava em meados dos anos de 1950, no qual a alfabetização de adultos em larga escala era vista como solução para alcançar o desenvolvimento econômico? Estou certa que sim, pois vivemos em um mundo globalizado no qual a maioria dos países adota uma política econômica de corte neoliberal compreendida como um complexo processo de construção hegemônica, que com sua retórica inculca na sociedade um novo senso comum: a solução para a crise da

educação é a ampliação de um mercado educacional competitivo. Criando assim um falso princípio: quanto maior o número de alfabetizados, maior será o desenvolvimento econômico do País, além da inversão da ordem metodológica em técnica. O modelo de desenvolvimento econômico dos países centrais não pode ser aplicado com sucesso nos países periféricos; existe uma diferença fundamental para que isto não ocorra: a história da formação da sociedade dessas nações.

Não obstante, apesar de prevalecer a ideologia dominante, existem diversas formas de compreensão da realidade, que na implementação de programas protagonizam papéis autônomos capazes de adaptar-se aos recortes da realidade.

Ainda na apresentação do material explica-se por que o analfabetismo deve ser combatido:

O combate ao analfabetismo está entre as pré-condições para a inserção dos indivíduos na convivência social. O ser humano analfabeto é pré-político, não está em condições de agir socialmente, de projetar ações futuras, de buscar a boa sociedade. Para que exista o contrato social, no campo da solidariedade, supõem-se uma convivência onde os seus sejam eminentemente equivalentes, isto é, sociáveis. (MEB, 2006)

O fragmento mostra, de forma explícita, como o analfabeto é visto pelo programa, desqualificando as relações sócio-históricas dos indivíduos, desprezando sua realidade cultural, seus valores, seus saberes, sustentando as relações de poder mantenedoras da hegemonia dominante. E de forma implícita, “a boa sociedade” que se deseja buscar é relativa. Nos textos, no entanto, são apontados indícios que mostram que esta sociedade não está sujeita a mudanças; o que deve ser alterado é o índice de analfabetismo. É evidente que a alfabetização de jovens e adultos deve ser uma das prioridades de nosso País, porém essas medidas em sua maioria são paliativas. Há a necessidade de ter políticas públicas mais justas, para educação, habitação, saúde etc. entendidas precisamente em conjunto, pois a educação sozinha não dá conta de transformar a realidade cruel e injusta em nossa sociedade dual.

No *Caderno do Alfabetizador* em seguida é mencionado o eixo pedagógico de responsabilidade do MEB, suas referências históricas, sua ação no campo da educação popular “buscando corresponder às demandas das comunidades em que atua, bem como a outras necessidades manifestadas pela Igreja do Brasil e por grupos organizados da sociedade civil” (MEB, 2006).

O caderno de alfabetização *Saber, Viver e Lutar*, assim como no conjunto

didático *Viver é lutar*, utiliza-se do método *ver, julgar e agir* que estabelece três ciclos complementares. Os temas geradores das lições, num primeiro momento, apresentam, em texto e fotografia, a conjuntura social e econômica identificadas tanto na área rural quanto na urbana. Os personagens representam essas populações marginalizadas, fazendo com que os alfabetizandos se identifiquem com eles. Em um segundo momento, os temas sugerem a reflexão e o julgamento das situações vividas e, por último, são sugeridos instrumentos de ação que possibilitarão mudar a condição de opressão e exploração a que as classes populares estão submetidas.

O foco central das lições é o trabalho. São mostradas situações em que homens, mulheres e crianças de áreas urbanas e rurais exercem funções sociais fundamentais, sejam elas como um direito legítimo ou como meios informais para a sobrevivência. Porém em seu conteúdo, apesar das fotografias de trabalhadores “ambulantes” serem em maior número, não é mencionada esta forma de trabalho; somente em uma lição é utilizado o termo “autônomo”, há portanto uma ausência da discussão sobre o trabalho informal, mas isso não exclui a possibilidade deste tema ser debatido entre alunos e professores.

Quanto à metodologia empregada no letramento que faz referência aos temas geradores utilizados por Paulo Freire, ocorre um erro grave: as famílias silábicas não são, em sua maioria, retiradas das palavras que compõem os temas geradores. É evidente que os métodos estão sujeitos à adaptação, porém o conteúdo pedagógico do material analisado refere-se ao método como sendo o mesmo utilizado por Freire.



Saber, viver e lutar, 1º Livro de Leitura para Jovens e Adultos. MEB, 2005

6. Conclusões

O método *ver, julgar e agir* permanece atual, continua a ser instrumento de emancipação popular, desde que seja utilizado pelos educadores como uma maneira de manter relações afetivas e comprometidas com as causas dessas organizações populares. Creio que este é o motivo pelo qual o livro *Saber, Viver e Lutar* inspirou-

se no conjunto didático *Viver é Lutar*, pois seu conteúdo político dá forças para que o processo de transformação social ocorra e, que sejam assim, manifestados os anseios dos movimentos sociais e da população brasileira de um modo geral.

O conteúdo de *Saber, viver e lutar*, embora apresente pequenas falhas decorridas por falta de atenção aos detalhes, é de maneira geral um bom material de conscientização. Se utilizado com esta finalidade pode contribuir para as sinergias dos grupos organizados e dos grupos em processo de organização político-ideológico.

Como participar, como educadores, do processo de mudança social? O papel da educação é permanecer reproduzindo as desigualdades (historicamente constituída) ou lutar pela democratização, indo contra a exclusão? De que maneira devemos agir, como refletir sobre o potencial transformador da educação? Acredito que essas respostas serão respondidas a partir do momento que formos em busca delas, praticando a partir de concepções teóricas que dão luz a essas idéias. Se existe a dificuldade de por em prática esses ideais, não significa impossibilidade trata-se então, de uma utopia que pode ser realizada, que está disposta a aprender e manter diálogo com os movimentos sociais atuando assim, na transformação da sociedade resistindo a formas autoritárias de homogeneização cultural.

Referências bibliográficas

MEB. Cultura Popular: notas para estudo. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FÁVERO, Osmar. *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)*. Campinas: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea)

MEB. Programa *Saber, Viver e Lutar*. Livro de leitura para jovens e adultos. 2004.

MENDES, Cândido. *Memento dos vivos*. A esquerda católica no Brasil. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Educar para transformar*. Educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984.